

Projeto de Lei Ordinária 30/2025

Comissão de Constituição, Justiça e Redação.

CRIA O PROJETO "POMAR URBANO" EM ÁREAS PÚBLICAS DO MUNICÍPIO DE ANÁPOLIS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. REGULARIDADE. PARECER FAVORÁVEL.

## **PARECER**

### **1 – RELATÓRIO**

Este parecer destina-se à análise do Projeto de Lei Ordinária nº 30/2025, de autoria do vereador Rimet Jules, que cria o Projeto "Pomar Urbano" em Áreas Públicas do Município de Anápolis e dá outras providências.

A análise do presente projeto é pautada na Constituição Federal, na Lei Orgânica do Município e no Regimento Interno.

### **2 – FUNDAMENTAÇÃO**

Trata-se do Projeto de Lei n.º 30/2025, que cria o projeto "Pomar Urbano" destinado ao plantio e/ou reposição de árvores frutíferas em áreas públicas do município de Anápolis.

Ressalte-se a relevância do tema, pois implementa medidas trazidas do Programa Cidades + Verdes, o programa Cidades Verdes Resilientes, ainda corrobora com o Plano Nacional de Arborização Urbana (PlaNAU) - que está em desenvolvimento pelo Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima - MMA.

A Constituição Federal atribui ao poder público a obrigação de assegurar a todos os brasileiros um meio ambiente ecologicamente equilibrado essencial à sadia qualidade de vida das presentes e futuras gerações (CF, art. 225)

Sua importância municipal é incontestável, nos termos do artigo 30, inciso I, da Constituição Federal de 1988, que atribui aos municípios a competência para legislar sobre



**CÂMARA**  
MUNICIPAL DE ANÁPOLIS

assuntos de interesse local. Destacam-se, ainda, o artigo 11, incisos I e XV, bem como o artigo 20, inciso I da Lei Orgânica do Município de Anápolis.

Dessa forma, inexistente vício de inconstitucionalidade (vício de iniciativa), uma vez que a norma se restringe ao incentivo de plantio de árvores frutíferas nas áreas públicas.

### 3 – CONCLUSÃO

Diante do exposto, verifica-se que o Projeto de Lei Ordinária nº 030/2025 está em conformidade com a Constituição Federal, com a Lei Orgânica do Município e do Regimento desta Casa.

Assim, a Comissão de Constituição, Justiça e Redação manifesta-se **FAVORÁVEL** à aprovação do Projeto de Lei Ordinária nº 030/2025.

É o parecer.

Anápolis, 24 de junho de 2025.

*Divino Antônio da Silva*

Vereador(a) Relator(a)

Divino Antônio da Silva  
Vereador

*JAKSON CHARLES*  
Vereador

*Ananias José de O. Júnior*  
Vereador

*Wederson C. da Silva Lopes*  
Vereador

Encaminhe-se à Comissão de  
Urbanismo, transporte, Obras e Serviços

Em 24 de junho de 2025

*[Assinatura]*  
Presidente



Palácio de Santana, Av. Jamel Cecílio,  
Q 50, L 14, B. Jundiáí, Anápolis/GO  
CEP: 75.110-330  
anapolis.go.leg.br